

PROJETO BÁSICO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E REMOÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL NO MUNICÍPIO DE CARUARU/PE

1 DO OBJETO

1.1 Constitui o objeto deste Projeto Básico a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E REMOÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL NO MUNICÍPIO DE CARUARU** para atender as necessidades da Autarquia de Mobilidade de Caruaru – AMC, conforme especificações, quantitativo e condições definidas no presente Projeto Básico.

1.2 Estão descritos neste Projeto Básico as condições, especificações e normas exigidas pelo setor de engenharia de trânsito da Autarquia de Mobilidade de Caruaru – AMC para execução dos serviços constantes no projeto; quando houver dúvidas quanto às especificações, prevalecerão as constantes na planilha orçamentária até que sejam feitos os ajustes necessários com autorização da AMC.

1.3 Este documento foi desenvolvido baseando-se no Estudo Técnico Preliminar anexo ao presente, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução, conforme Art. 18, incisos I, da Lei nº 14.133 e Decreto nº 09/2024 do Município de Caruaru.

1.4 Ficam estabelecidos, neste documento, os prazos máximos a serem obedecidos no desenvolvimento dos serviços.

2 DA JUSTIFICATIVA

2.1. O presente Projeto Básico tem por objeto a contratação de empresa especializada na implantação e manutenção de sinalização horizontal e vertical do Município de Caruaru/PE, abrangendo ações preventivas e corretivas, tais como pintura de meio fio, demarcação de faixa de pavimento, demarcação de setas e zebrações em pavimento, remoção de sinalização horizontal, implantação de tacha e tachão refletivo, implantação de poste regulamentar de madeira e suporta metálico galvanizado, implantação de bloco e prisma de concreto, implantação de aço e alumínio composto, remoção de placa de sinalização, de acordo com as demandas identificadas em campo e as normas do Sistema Nacional de Trânsito.

2.2. A manutenção da sinalização viária constitui serviço essencial e contínuo, indispensável para a segurança no trânsito, a adequada orientação de condutores e pedestres, a fluidez da circulação e a redução de sinistros. A sinalização horizontal e vertical desempenha papel fundamental na organização da mobilidade, garantindo a interpretação uniforme das regras de circulação e o acesso seguro à rede viária.

2.3. O caráter dinâmico de desgaste e deterioração da sinalização, provocado por fatores como intensidade de tráfego, condições climáticas e o próprio envelhecimento dos materiais, exige atuação técnica e célere. A ausência ou má conservação da sinalização compromete a segurança da população, aumenta o risco de sinistros e pode acarretar elevação dos custos futuros para reinstalação completa dos dispositivos.

2.4. O Município de Caruaru possui ampla e diversificada malha viária, o que demanda planejamento logístico adequado, equipes mobilizadas continuamente e capacidade

técnica para atender a emergências, readequações e intervenções necessárias, inclusive em períodos de maior fluxo ou eventos.

2.5. A contratação proposta visa assegurar a continuidade dos serviços de manutenção da sinalização viária, garantindo maior padronização técnica, segurança aos usuários, agilidade na resposta às demandas e maior eficiência administrativa na execução das atividades rotineiras e emergenciais.

2.6. Portanto, a Prefeitura Municipal de Caruaru, por meio da Autarquia de Mobilidade de Caruaru (AMC), pretende realizar contratação, por meio de licitação, para a execução dos serviços de sinalização horizontal e vertical no Município de Caruaru/PE, atendendo às determinações legais e às necessidades operacionais da Administração.

3 DO ESCOPO DOS SERVIÇOS

3.1 DEFINIÇÕES

3.1.1 Definição da área: zona urbana do Município de Caruaru/PE;

- **Contratada:** empresa que for vencedora da licitação e terá contrato com a AMC para execução dos serviços, conforme o presente Projeto Básico.
- **Contratante:** Autarquia de Mobilidade de Caruaru – AMC.

3.2 DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.2.1. O presente projeto básico tem como objetivo a execução dos serviços de implantação e manutenção de sinalização horizontal e vertical do Município de Caruaru/PE. Serão realizados os serviços de: pintura de meio fio, demarcação de faixa de pavimento, demarcação de setas e zebrações em pavimento, remoção de sinalização horizontal, implantação de tacha e tachão refletivo, implantação de poste regulamentar de madeira e suporta metálico galvanizado, implantação de bloco e prisma de concreto, implantação de aço e alumínio composto, remoção de placa de sinalização.

3.2.2. Serão executados os serviços de **implantação e remoção de sinalização horizontal e vertical no Município de Caruaru/PE**, conforme especificações técnicas, normas de trânsito vigentes e **descrição detalhada dos itens relacionados a seguir:**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DE SERVIÇOS	CONTRATO					
		UNIDADE	VALOR (R\$) SEM BDI	VALOR (R\$) COM BDI	QUANT.	R\$ TOTAL SEM BDI	R\$ TOTAL COM BDI
1.	PINTURA EM PAVIMENTO - SINALIZAÇÃO HORIZONTAL						R\$ 2.991.472,56
1.1	Pintura de faixa com tinta acrílica - espessura de 0,6mm (Eixo + Bordo)	M²	R\$ 28,94	R\$ 35,12	2250,00	R\$ 65.115,00	R\$ 79.010,54
1.2	Pintura de setas e zebrações com tinta acrílica - espessura de 0,6mm (FTP + LRE + ZEBRADOS)	M²	R\$ 43,91	R\$ 53,28	1870,00	R\$ 82.111,70	R\$ 99.634,34

1.3	Pintura de setas e zebraados com termoplástico por aspersão - espessura de 1,5mm	M²	R\$ 61,01	R\$ 74,03	1870,00	R\$ 114.088,70	R\$ 138.435,23
1.4	Pintura de faixa com termoplástico por aspersão - espessura de 1,5mm (Eixo + Bordo)	M²	R\$ 49,05	R\$ 59,52	2500,00	R\$ 122.625,00	R\$ 148.793,18
1.5	Pintura de setas e zebraados com termoplástico por extrusão - espessura de 3,0mm	M²	R\$ 99,29	R\$ 120,48	15400,00	R\$ 1.529.066,00	R\$ 1.855.368,68
1.6	Laminado elastoplástico para sinalização horizontal - espessura de 1,5mm - fornecimento e implantação	M²	R\$ 190,82	R\$ 231,54	1050,00	R\$ 200.361,00	R\$ 243.118,04
1.7	Fornecimento de microesferas refletivas de vidro tipo I-B	KG	R\$ 10,13	R\$ 11,67	3000,00	R\$ 30.379,80	R\$ 35.021,83
1.8	Fornecimento de microesferas refletivas de vidro tipo II-A	KG	R\$ 9,12	R\$ 10,51	3000,00	R\$ 27.346,80	R\$ 31.525,39
1.9	Termoplástico pré-formado para sinalização horizontal - espessura de 2mm - fornecimento e implantação	M²	R\$ 356,86	R\$ 433,01	151,20	R\$ 53.957,23	R\$ 65.471,71
1.10	Pintura de meio fio com tinta a base de resina acrílica, manual ou com auxílio de veículo demarcador - espessura de 0,6mm	M²	R\$ 24,32	R\$ 29,51	10000,00	R\$ 243.195,67	R\$ 295.093,63
2.	REMOÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL						R\$ 27.161,64
2.1	Remoção de sinalização horizontal por fresagem.	M²	R\$ 4,94	R\$ 5,99	2509,50	R\$ 12.396,93	R\$ 15.042,43
2.2	Remoção de sinalização horizontal com maçarico.	M²	R\$ 3,98	R\$ 4,83	2509,50	R\$ 9.987,81	R\$ 12.119,21

3.	TACHA TACHÕES	E					R\$ 220.671,96
3.1	Tacha refletiva em plástico injetado - bidirecional tipo II - com um pino - fornecimento e colocação	UND	R\$ 38,25	R\$ 46,41	750,00	R\$ 28.687,50	R\$ 34.809,41
3.2	Tacha refletiva em plástico injetado - monodirecional tipo II - com um pino - fornecimento e colocação	UND	R\$ 34,22	R\$ 41,52	300,00	R\$ 10.266,00	R\$ 12.456,76
3.3	Tachão refletivo em plástico injetado - bidirecional - fornecimento e colocação	UND	R\$ 90,39	R\$ 109,68	500,00	R\$ 45.195,00	R\$ 54.839,61
3.4	Tachão refletivo em plástico injetado - monodirecional - fornecimento e colocação	UND	R\$ 88,18	R\$ 107,00	250,00	R\$ 22.045,00	R\$ 26.749,40
3.5	IMPLANTAÇÃO DE TACHA REFLETIVA	UND	R\$ 25,22	R\$ 30,61	1000,00	R\$ 25.223,00	R\$ 30.605,59
3.6	IMPLANTAÇÃO DE TACHÃO REFLETIVO	UND	R\$ 50,45	R\$ 61,21	1000,00	R\$ 50.446,00	R\$ 61.211,18
4.	POSTES REGULAMENTARES						R\$ 349.804,05
4.1	Suporte metálico galvanizado para placa com 4,00 m de comprimento, 4 furos e base chata - fornecimento	UND	R\$ 245,74	R\$ 298,18	800,00	R\$ 196.592,00	R\$ 238.544,73
4.2	Implantação de poste regulamentar com até 4,00 m de altura	UND	R\$ 79,73	R\$ 96,75	1000,00	R\$ 79.732,35	R\$ 96.747,23
4.3	Remoção de poste regulamentar de sinalização, com recuperação do passeio	UND	R\$ 79,73	R\$ 96,75	150,00	R\$ 11.959,85	R\$ 14.512,09
5.	PLACAS						R\$ 404.876,68
5.1	Placa em aço - película I + I - chapa recuperada - fornecimento e implantação	M²	R\$ 337,13	R\$ 409,07	29,82	R\$ 10.053,60	R\$ 12.199,03
5.2	Placa em aço - película I + III - chapa	M²	R\$ 375,62	R\$ 455,78	29,82	R\$ 11.201,41	R\$ 13.591,79

	recuperada fornecimento implantação	- e					
5.3	Placa em aço película I + I fornecimento implantação	- e	M ²	R\$ 486,82	R\$ 590,71	149,11	R\$ 72.587,60 R\$ 88.077,79
5.4	Placa em aço nº 16 galvanizado com película retrorefletiva tipo I + I - confecção		M ²	R\$ 426,73	R\$ 517,79	198,89	R\$ 84.871,13 R\$ 102.982,63
5.5	Placa em alumínio composto de 3mm, modulada, aérea, com película retrorefletiva tipo I + III - confecção		M ²	R\$ 619,83	R\$ 752,10	250,00	R\$ 154.957,50 R\$ 188.025,43

3.3 CONSIDERAÇÕES GERAIS

3.3.1 Os serviços deverão ser executados de acordo com os projetos, especificações, bem como com os padrões de qualidade, resistência e segurança estabelecido nas normas aprovadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e, na sua falta, pelas normas usuais indicadas pela boa técnica. Quando existirem recomendações adicionais às normas referentes à execução dos serviços, ditadas pelos fabricantes dos materiais, essas também deverão ser obedecidas;

3.3.2 Será obrigatório o respeito e cumprimento da legislação vigente sobre segurança, higiene e medicina do trabalho (Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978 – Normas regulamentares), inclusive NR 18 (Condições e Meio Ambiente no Trabalho na Indústria da Construção Civil);

3.3.3 Nos preços propostos deverão estar inclusos as despesas com profissional especializado em período integral para administração da obra, emissão de ART, licenças para execução da obra, equipamentos, materiais e mão-de-obra necessária à execução dos serviços, ferramentas, transportes, encargos sociais, encargos fiscais, lucros e quaisquer outras despesas e taxas incidentes sobre os mesmos.

3.3.4 Será de responsabilidade da empresa executora a realização de ensaios e testes necessários à verificação da perfeita observância das especificações e resistências, tanto dos materiais aplicados quanto dos serviços executados;

3.3.5 As equipes de trabalho da empresa deverão estar aptas a prestar atendimento tanto em período diurno como noturno, inclusive sábados, domingos e feriados, obedecido ao rodízio/escalas de trabalho dos funcionários da empresa, de acordo com a legislação vigente;

3.3.6 Não caberá a CONTRATADA, a cobrança de adicional noturno e/ou horas extras.

3.4. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

3.4.1. Conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio em licitações pode ser restringida pela Administração, desde que tal restrição esteja devidamente fundamentada em justificativa técnica que considere as

especificidades do objeto a ser contratado e a conveniência administrativa.

3.4.2. Desta forma, considerando as especificidades do objeto licitado, fica expressamente vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio, por entender-se que os serviços a serem contratados não apresentam características que justifiquem tal modalidade de execução.

3.4.3. Os serviços objeto deste certame não se configuram como de grande vulto, nem de alta complexidade técnica, de modo que a execução plena e satisfatória pode ser realizada por uma única empresa, sem a necessidade de divisão de responsabilidades ou especializações adicionais.

3.4.4. A natureza do contrato exige um nível de capacitação que pode ser atendido por uma empresa de porte médio, que possua a experiência necessária para realizar o serviço de forma autônoma, sem comprometer o cumprimento dos prazos ou a qualidade do objeto contratado.

3.4.5. Além disso, a estruturação do objeto requer unicidade na responsabilidade técnica, uma vez que a empresa contratada deverá responder integralmente pela qualidade, prazo e conformidade dos serviços, sendo inviável dividir ou diluir essas responsabilidades entre diferentes participantes.

3.4.6. Insta destacar ainda, que a participação de consórcios pode acarretar dificuldades administrativas, contratuais e operacionais, impactando negativamente a eficiência e a celeridade da execução do contrato.

3.4.7. Sob essa perspectiva, a vedação reduz riscos relacionados à falta de sincronia entre integrantes do consórcio, que poderiam comprometer a qualidade dos produtos e a consecução dos objetivos do contrato.

3.4.8. Dessa forma, a vedação imposta atende aos princípios que regem a Administração Pública, em especial os da eficiência, economicidade e moralidade administrativa. Ao impedir a participação de consórcios, busca-se assegurar maior competitividade no certame, a simplificação da gestão contratual e a proteção dos recursos públicos contra riscos desnecessários. Assim, a medida proposta revela-se plenamente justificada e consonante com o interesse público.

3.5. DA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS EM COOPERATIVAS

3.5.1. É vedada a participação de profissionais organizados em cooperativas na presente licitação, tendo em vista que a natureza dos serviços a serem contratados exige a atuação de pessoa jurídica com estrutura técnica e operacional plenamente estabelecida, capaz de assegurar a responsabilidade integral pela execução das atividades previstas no escopo, bem como pela emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

3.5.2. A contratação de cooperativas pode gerar dificuldades na atribuição de responsabilidades individuais, o que poderia comprometer o cumprimento dos prazos, a qualidade técnica dos produtos e a segurança jurídica da administração pública.

3.5.3. Portanto, a vedação à participação de cooperativas visa resguardar a eficiência, a responsabilidade técnica e a qualidade dos serviços contratados, em conformidade com as exigências legais e as necessidades específicas do objeto licitado. Essa abordagem alinha-se aos princípios da eficiência, economicidade e segurança jurídica, garantindo a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

3.6. SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS

3.6.1. Os serviços deverão ser executados por empresa especializada, conforme itens especificados na Planilha Orçamentária, de Quantitativos, Especificações Técnicas, anexos a este Projeto Básico;

3.6.2. Ressaltamos que os serviços serão pagos apenas após a comprovação do cumprimento do item anterior conforme fiscalização e boletins de medições dos serviços efetivos executados e atestados pelo Fiscal do contrato, servidor da AMC;

3.6.3. A CONTRATADA deverá obedecer às leis, regulamentos e posturas a que abrange também as exigências do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e de outros órgãos governamentais, nas esferas federal, estadual e municipal;

3.6.4. A destinação do material de bota-fora deverá ser em local apropriado, de forma a não bloquear a drenagem natural do terreno e sem causar prejuízos ou danos nas áreas vizinhas, tal destinação também deve atender a legislação específica, bem como, ao Código de Trânsito Brasileiro – CTB, deliberações e resoluções em vigor, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN e Secretaria Nacional de Trânsito – SENATRAN;

3.6.5. A sinalização das obras deverá ser executada em consonância com as diversas atividades presentes, além de atender a dois princípios gerais:

- a) O máximo de segurança para os veículos, os pedestres e os trabalhadores;
- b) O mínimo de inconveniência para o público.

DIÁRIO DE OBRA/ LIVRO DE OCORRÊNCIAS

3.6.6. A CONTRATADA deverá elaborar Diário de Obra (ou Livro de Ocorrências), onde deverão ser observados todos os eventos ocorridos durante a execução dos serviços;

3.6.7. Serão obrigatoriamente registrados no Diário de Obra/Livro de Ocorrências pela CONTRATADA:

- As condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos;
- As falhas nos serviços de terceiros não sujeitos a sua ingerência;
- As consultas à FISCALIZAÇÃO;
- As datas de conclusão de etapas caracterizadas de acordo com o cronograma aprovado;
- Os sinistros ocorridos no decurso dos trabalhos;
- As respostas às interpelações da FISCALIZAÇÃO e outros fatos que, a juízo da CONTRATADA, devam ser objeto de registro.

3.6.8. Serão obrigatoriamente registrados no Diário de Obra/Livro de Ocorrências pela FISCALIZAÇÃO:

- Observações cabíveis a propósito dos lançamentos da CONTRATADA no Diário de Obra/ Livro de Ocorrências;
- Observações sobre o andamento do serviço, tendo em vista os Projetos, Especificações, Prazos e Cronograma;
- Soluções às consultas lançadas ou formuladas pela CONTRATADA;
- Restrições que lhe parecem cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da CONTRATADA, seus prepostos e sua equipe;
- Determinação de providências para o cumprimento do Projeto e Especificações e outros fatos que, a juízo da FISCALIZAÇÃO, devam ser objeto de registro.

PROJETOS / ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.6.9. As especificações e os desenhos para execução dos serviços deverão ser examinados com o máximo de cuidado pela CONTRATADA. As eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas junto à AMC;

3.6.10. Havendo divergências entre as Especificações e os Desenhos, as mesmas deverão ser esclarecidas junto à AMC.

EQUIPE TÉCNICA CONTRATADA

3.6.11. A CONTRATADA deverá indicar, mediante comunicação por escrito à FISCALIZAÇÃO, o nome do responsável técnico pelo andamento dos serviços. Deverá o mesmo ter experiência comprovada por ART / RRT fornecida pelo CREA / CAU na execução de obras de engenharia similares e estar no pleno uso de suas atribuições profissionais, conforme registro no RESPECTIVO ÓRGÃO;

3.6.12. O profissional credenciado para dirigir os trabalhos por parte da CONTRATADA deverá dar assistência diária à obra;

3.6.13. Se o responsável técnico ou qualquer integrante da equipe técnica da CONTRATADA não corresponder às exigências para a adequada condução dos trabalhos, poderá a FISCALIZAÇÃO exigir da CONTRATADA a sua imediata substituição, no interesse do serviço, sem que essa iniciativa implique em modificações contratuais;

3.6.14. Toda e qualquer substituição ou alteração na composição da equipe técnica deverá ser devidamente formalizada e registrada junto à FISCALIZAÇÃO, por meio de ofício ou carta, garantindo-se o pleno acompanhamento e a regularidade dos serviços contratados.

NORMAS E RECOMENDAÇÕES

3.6.15. Serão adotadas as normas, especificações e recomendações constantes do presente e mais as dos seguintes órgãos:

- Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- Código de Trânsito Brasileiro;
- Resolução do CONTRAN Nº 973/2022 – Sinalização viária;
- ABNT NBR 9050:2020 – Norma de Acessibilidade.

4. DO VALOR REFERENCIAL, MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE PAGAMENTO

4.1. DO VALOR REFERENCIAL

4.1.1. A estimativa do valor total da contratação é de **R\$ 3.993.986,89 (três milhões, novecentos e noventa e três mil, novecentos e oitenta e seis reais e oitenta e nove centavos)** correspondente à soma dos itens constantes na Planilha Orçamentária, anexo A já acrescidos de BDI e tendo os preços referenciados pela tabela SINAPI – novembro /2025, composições de preços e cotações.

4.1.2. No valor estimado estão inclusos equipamentos, material, mão de obra e todos os tributos e taxas incidentes, direta ou indiretamente, sobre o objeto da licitação, na forma e nas condições estipuladas pela legislação em vigor na data de celebração dele.

4.2. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE PAGAMENTO

4.2.1. Todos os serviços objeto deste Projeto Básico deverá ser medidos através de Boletins de Medição, composto de planilha de medição, memória de cálculo, relatório fotográfico, devidamente aprovado e observados pela Fiscalização definida para o acompanhamento e controle destes trabalhos.

4.2.2. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no cronograma físico financeiro, a contratada apresentará a medição previa dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.



AMC
AUTARQUIA DE MOBILIDADE
DE CARUARU



CARUARU
PREFEITURA

4.2.3. A liquidação da despesa referente à primeira medição, somente será procedida mediante a apresentação pela contratada da seguinte documentação, através de cópia autenticada em cartório ou por servidor da Administração Pública Municipal:

- a) Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT da execução do contrato perante o CREA / CAU; e
- b) Comprovante de matrícula da obra perante o INSS.

4.2.4. As liquidações das despesas referentes às medições subsequentes à primeira, somente serão procedidas mediante a apresentação pela contratada da seguinte documentação, através de cópia autenticada em cartório ou por servidor da Administração Pública Municipal:

- a) Comprovante de recolhimento de GPRS (INSS); e
- b) Comprovações de recolhimento ao FGTS (GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social).

4.2.5. Por ocasião do pagamento a CONTRATADA deverá apresentar:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF – comprovando regularidade com o FGTS;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT – expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA.

4.2.6. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias após a realização de cada etapa do serviço de acordo com o cronograma físico-financeiro, de acordo com o § 6º do artigo 46º da Lei nº 14.133/2021, e mediante a apresentação da Nota Fiscal / Fatura da Prestação de Serviços, devidamente atestada e liberada pela fiscalização da AMC, acompanhada dos respectivos boletins de medição. (BM's)

4.2.7. A liquidação da despesa referente à última medição ou para a liberação da garantia de execução do contrato (caso haja), somente será precedida mediante a apresentação de cópia autenticada em cartório ou por servidor da Administração Pública Municipal do CND da obra perante o INSS;

4.2.8. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária;

4.2.9. A nota fiscal que for apresentada com erro, ou observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, será devolvida à contratada, pela correção e nesse caso o prazo de 30 (trinta) dias previsto, será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização;

4.2.10. Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à contratada não gerarão direito a qualquer atualização;

4.2.11. A CONTRATADA não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ/MF diverso do registrado no Contrato.

4.2.12. O valor da contratação resultante deste certame é estimado, não implicando em previsão de crédito em favor da contratada, que apenas terá direito ao pagamento pelos serviços efetivamente prestados.

4.2.13. Eventuais despesas bancárias decorrente de transferência de valores para outras praças ou agências bancárias são de responsabilidade exclusiva do licitante vencedor.

5. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

Polo Caruaru – BR-104 – Km 62 – S/N – Nova Caruaru – Caruaru-PE – CEP: 55.014-908

Telefone: (81) 3723-2838



AMC
AUTARQUIA DE MOBILIDADE
DE CARUARU



CARUARU
PREFEITURA

5.1. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, **podendo ser prorrogado, a critério da Administração, nos termos dos arts. 106 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.**

5.2. O prazo da execução do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço, de acordo com o cronograma-físico financeiro.

5.3. A presente contratação caracteriza-se como **prestação de serviço de natureza contínua**, considerando a execução gradativa e reiterada dos serviços ao longo do período contratual, conforme demandas definidas pela Autarquia de Mobilidade de Caruaru – AMC.

5.4. A Ordem de Serviço será emitida pela CONTRATANTE e encaminhada à CONTRATADA por meio eletrônico (e-mail institucional), por portador devidamente autorizado, mediante protocolo, ou por intermédio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, com Aviso de Recebimento (AR).

5.5. A CONTRATADA deverá executar os serviços de acordo com o cronograma apresentado em sua proposta e com as Ordens de Serviço emitidas pela CONTRATANTE, devendo comunicar previamente à fiscalização, com antecedência mínima de 07 (sete) dias, qualquer necessidade de ajuste no cronograma, apresentando justificativa técnica e proposta de reprogramação, sujeita à aprovação da Administração.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.2. Nos termos do art. 117 da Lei nº. 14.133 de 2021, durante a vigência contrato, a execução do objeto será acompanhada pelos servidores:

Gestor	Pedro Henrique Damião de Matos, matrícula: 10.061-5
Suplente do gestor	Mirella Falcão Santos de Melo, matricula nº 10.065-0
Fiscal	Wellberton Lins Miranda, matricula nº 10.272
Suplente do Fiscal	Guilherme José Carvalho Maciel França Freitas, matricula nº 100.690

6.3. A fiscalização e gestão de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, não implica co-responsabilidade da Administração Pública ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. As responsabilidades dos Gestores e Fiscais do Contrato se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto nº 50, ambos de 14 de julho de 2023 e no Decreto nº 075/2023, de 29 de setembro de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados, cujas atribuições transcrevem-se abaixo:

Agentes	Atribuições
FISCAIS DE CONTRATOS	DA FISCALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES Art. 16. Das atribuições inerentes aos Fiscais de Contratos, designados pelas autoridades competentes: I - Ler minuciosamente o contrato, conhecer o objeto e todos os serviços descritos no Projeto Básico/Termo de Referência e seus apensos, bem como deverá anotar em



AMC
AUTARQUIA DE MOBILIDADE
DE CARUARU



CARUARU
PREFEITURA

Agentes	Atribuições
	<p>registro próprio, todas as ocorrências relacionadas a sua execução;</p> <p>II - Juntar aos autos do processo, toda documentação relativa à fiscalização da execução contratual, arquivando, por cópia, a que se fizer necessária;</p> <p>III - Verificar o cumprimento das cláusulas e condições pactuadas no instrumento contratual (prazo de entrega, obrigações, vigência, valor, quantidade, observância da descrição do material ou serviço, modo de execução etc.);</p> <p>IV - Confirmar medições dos serviços, cronogramas e fornecimentos;</p> <p>V - Se reportar ao preposto da empresa, evitando dar ordens aos profissionais da contratada;</p> <p>VI - Conferir as Notas Fiscais entregues pelo contratado/fornecedor, observando se:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Esta possui validade;b) Foi apresentada com tempo hábil para pagamento;c) Está corretamente preenchida;d) Os dados bancários estão informados, bem como se o valor cobrado (unitário e total), corresponde ao que foi fornecido ou ao serviço prestado. <p>VII - Verificar se a nota fiscal foi emitida posteriormente ao empenho;</p> <p>VIII - Atentar-se para o fato de que todo serviço ou fornecimento de material originado de uma contratação deve ser executado somente a partir da assinatura do contrato, autorização de compra/fornecimento ou ordem de execução de serviços e o respectivo empenho;</p> <p>IX - Encaminhar por escrito ao gestor do contrato, questões relacionadas à:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Prorrogação de contrato (cuja deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas competentes);b) Comunicação para abertura de nova licitação (antes que o estoque de bens termine);c) Comunicação sobre quaisquer adversidades que forem detectados na prestação do serviço e que resulte em implicações no pagamento. <p>X - Informar por escrito, à autoridade competente, as irregularidades encontradas em situações que se mostrem desconformes com o edital, com o contrato ou com a lei;</p> <p>XI - Exigir somente o que for previsto no contrato de modo que qualquer alteração relacionada à condição contratual</p>



AMC
AUTARQUIA DE MOBILIDADE
DE CARUARU



CARUARU
PREFEITURA

Agentes	Atribuições
	<p>deve ser submetida à Secretaria de Administração do Município, acompanhada das justificativas pertinentes;</p> <p>XII - Recusar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. Nesses casos, a ação do fiscal deverá observar o que está previsto no contrato e no procedimento licitatório, principalmente no tocante ao prazo esperado;</p> <p>XIII - Propor aplicação das sanções administrativas ou rescisão contratual à Contratada, em decorrência da inobservância ou desobediência das cláusulas contratuais, instruções e/ou ordens da Fiscalização;</p> <p>XIV - Constatar se é o contratado quem executa o contrato, bem como certificar-se de que não existe cessão ou subcontratação fora das hipóteses legais;</p> <p>XV - Reunir, após o cumprimento do contrato, os documentos pertinentes à obra/serviço e encaminhá-los ao órgão competente, a fim de que sejam arquivados para eventuais consultas;</p> <p>XVI - Solicitar auxílio em caso de dúvidas técnicas ou jurídicas;</p> <p>XVII - Realizar o recebimento provisório de obras e serviços, devendo constar:</p> <ul style="list-style-type: none">a) A entrega das obras e dos serviços para fins de transferência de posse para a Administração Pública;b) As obrigações contratuais que serão mantidas até o advento do recebimento definitivo;c) Detalhamento de forma que descreva, minuciosamente, o objeto recebido especialmente no caso de obras e serviços com maior complexidade;d) O estabelecimento do prazo de 15 dias, a partir da comunicação do contratado. <p>XVIII - Nas obras e serviços, o fiscal do contrato não atesta o recebimento definitivo. O ato de atestar deve ser realizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, utilizando Termo Circunstanciado no recebimento definitivo, devendo constar:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Conferência da verificação técnica feita pelo fiscal;b) Regularidade administrativa contratada;c) Adequação ou não do objeto aos termos contratuais;d) Prazo de até 90 dias a partir do recebimento provisório. <p>XIX - Certificar-se de que a contratada mantém, durante toda execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;</p>



AMC
AUTARQUIA DE MOBILIDADE
DE CARUARU



CARUARU
PREFEITURA

Agentes	Atribuições
	XX - Emitir mensalmente, nos termos do art. 23 desta Instrução Normativa, Formulário de Acompanhamento da Execução dos Serviços Contratados (Anexo I).
GESTORES DE CONTRATOS	<p>Art. 17. Das atribuições inerentes aos Gestores de Contratos, designados pelas autoridades competente e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:</p> <p>I - Acompanhar o processo licitatório em todas as suas fases;</p> <p>II - Designar, mediante portaria, o fiscal do contrato e seu respectivo suplente;</p> <p>III - Verificar junto aos fiscais de contratos se os prazos de entrega, especificações e quantidades contratadas, encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual, bem como as prestações de serviços;</p> <p>IV - Controlar a vigência do contrato;</p> <p>V - Viabilizar as alterações contratuais necessárias (aditivos, apostilamentos e retificações) em tempo hábil;</p> <p>VI - Iniciar, de forma ágil e eficiente, os procedimentos necessários para prorrogação ou realização de nova licitação, de forma que não ocorra interrupção dos serviços contratados ou materiais fornecidos;</p> <p>VII - Adotar as medidas cabíveis para aplicação das sanções previstas;</p> <p>VIII - Garantir aos fiscais de contrato plenas condições para o adequado exercício das suas funções de fiscalização, permitindo o acesso aos documentos, bens, materiais e serviços objeto do contrato, disponibilizar os bens e equipamentos necessários do exercício da fiscalização, se for o caso, incluindo veículos.</p> <p>IX - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;</p> <p>X - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;</p> <p>XI - Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de</p>



AMC
AUTARQUIA DE MOBILIDADE
DE CARUARU



CARUARU
PREFEITURA

Agentes	Atribuições
	<p>adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;</p> <p>XII - Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos;</p> <p>XIII - Elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;</p> <p>XIV - Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;</p> <p>XV - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;</p> <p>§1º O Gestor de contrato deve ser designado formalmente, mediante portaria específica, seguindo o mesmo trâmite estabelecido no art. 9 desta Instrução Normativa.</p> <p>§2º Não sendo designado formalmente um Gestor para o contrato, este será, automaticamente, o Secretário/Chefe de Gabinete do Prefeito/Procurador Geral/Presidente de Autarquia e Fundos, responsável por assinar as solicitações para a contratação.</p>

6.5. Os serviços deste Projeto Básico serão acompanhados pela Autarquia de Mobilidade de Caruaru – AMC, a qual trabalhará diretamente com a contratada, inclusive com acompanhamento de campo, devendo todas as decisões, documentação técnica e medições serem homologadas pelo técnico responsável pela Supervisão dos trabalhos.

6.6. As correspondências entre Contratante/Contratada ou vice-versa, atinentes aos assuntos objeto deste Projeto Básico, deverão ser encaminhadas através da Autarquia de Mobilidade de Caruaru – AMC.

6.7. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização deverão ser levadas à instância superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

6.8. A atuação da fiscalização em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e as consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o Município ou terceiros,



AMC
AUTARQUIA DE MOBILIDADE
DE CARUARU



CARUARU
PREFEITURA

e a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE.

6.9. A contratada providenciará DIÁRIO DE OBRA/LIVRO DE OCORRÊNCIAS (livro de capa resistente) com páginas numeradas e rubricadas pela Fiscalização, onde serão anotadas todas as ocorrências, conclusão dos eventos, atividades em execução formais, solicitações e informações diversas que, a critério das partes, devam ser objeto de registro. Ao final da execução dos serviços, o referido Diário será de propriedade da Administração do Contratante.

6.10. A contratada se obriga a manter no escritório da obra, além do Diário de Obra, um conjunto de todas as plantas e especificações independentes das necessidades a execução, a fim de permitir uma perfeita fiscalização.

6.11. A Fiscalização exigirá o cumprimento das medidas básicas de segurança, tais como:

- A utilização, por todos os operários da obra, de capacetes e calçados apropriados a cada tipo de serviço e cumprimento da NR-18 (Condições e Meio de trabalho na indústria da construção).
- A utilização pelos operários, de equipamento de proteção especial (máscara ou óculos), em eletricidade (luvas de borracha).
- Todos os equipamentos mecânicos deverão ser dotados de dispositivo próprio de proteção, tais como, coifa para serra circular, caixas de proteção dos respectivos motores e de seus componentes elétricos, etc.
- Relação atualizada de todos os trabalhadores da construtora.
- A empresa é obrigada a fornecer aos trabalhadores, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, ter C.A. (certificado de aprovação), como também exigir seu uso, consoante as disposições contidas na NR 6 – Equipamento de Proteção Individual – EPI.
- Execução e cumprimento de PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.
- Comprovação de treinamento dos trabalhadores com foco nos serviços a executar.
- Comprovante de recebimento de EPIs obrigatórios de todos os trabalhadores.

6.12. Caberá ainda à FISCALIZAÇÃO:

- a) Tomar providências para o fiel cumprimento das cláusulas do contrato, obedecendo à legislação sobre a Contratação de Obras e Serviços de Engenharia e outros dispositivos legais específicos.
- b) Providenciar o pagamento das Notas Fiscais apresentadas, desde que estejam em conformidade com o Cronograma Físico-Financeiro aprovado, e certificadas pela FISCALIZAÇÃO.
- c) Colocar à disposição da CONTRATADA, em tempo hábil, as informações necessárias para execução dos serviços, de modo a possibilitar-lhe o cumprimento dos prazos avençados.
- d) Orientar, supervisionar e controlar os trabalhos no sentido de proporcionar a plena adequação do objeto deste termo às suas finalidades.
- e) Tomar providências para que os setores envolvidos mantenham o local de execução dos serviços adequado à sua execução.
- f) Liberar a garantia, após o recebimento definitivo dos serviços.
- g) Verificar, de modo sistemático, o cumprimento das disposições do contrato e das ordens complementares emanadas do CONTRATANTE, informando a esta, em tempo hábil, todas as ocorrências e providências tomadas.



AMC
AUTARQUIA DE MOBILIDADE
DE CARUARU



CARUARU
PREFEITURA

- h) Resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissivo, não previsto no contrato se, nas suas especificações de serviço e em tudo mais que, de qualquer forma, relaciona direta ou indiretamente com o objeto, garantindo o contraditório e a ampla defesa.
- i) Exigir da CONTRATADA a retirada imediata de qualquer de seus prepostos que embarquem a sua ação fiscalizadora, independentemente de justificativa.
- j) Recusar materiais e serviços em desacordo com as especificações contidas no Projeto Básico.
- k) Propor as medidas que couberem para a solução dos casos surgidos em decorrência de solução técnica na execução dos serviços.
- l) Em caso de dúvida ou omissão fixas, o que julgar indicado, em rigorosa obediência às normas legais vigentes.
- m) Definir, juntamente com a Autarquia de Mobilidade de Caruaru – AMC, todo e qualquer material que gerar dúvida, quando não mencionadas nas presentes especificações ou nos desenhos.
- n) Analisar e dar parecer aprovando ou não o faturamento das medições dos serviços executados para fim de pagamento para a CONTRATADA.
- o) Efetuar o registro das ocorrências no Livro Diário de Ocorrências, mantido no local de execução dos serviços pela CONTRATADA.

6.12. O Gestor e o Fiscal, inclusive os suplentes, assinarão o Termo de Ciência e responsabilidade do Servidor Designado, conforme estabelecido no Anexo IV da Instrução Normativa nº 002, de 14 de julho de 2023, aprovada pelo Decreto nº 050/2023. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Adjudicatária, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 117, da Lei nº 14133 de 2021.

6.13. As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais do Contrato se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto nº 50, ambos de 14 de julho de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

6.14. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO, DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DO MODO DE DISPUTA

7.2. Os serviços objeto deste Termo de Referência são classificados como **SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA**, conforme Art. 6º, incisos XXI, alínea “a”, da Lei nº 14.133.

7.3. A modalidade de licitação empregada será **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, sob forma de execução indireta, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme fundamentação apresentada no tópico 10 do Estudo técnico Preliminar.

7.4. O regime de execução contratual será de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, conforme artigo 46, inciso I, da Lei nº 14.133/2021

7.5. O modo de disputa a ser utilizado é o **ABERTO e FECHADO**.



AMC
AUTARQUIA DE MOBILIDADE
DE CARUARU



CARUARU
PREFEITURA

7.6. Sem prejuízo das exigências constantes no presente instrumento, deverão ser observadas as disposições constantes no edital da licitação.

8. DA LEGISLAÇÃO, NORMAS E REGULAMENTOS

8.2. Na execução do objeto contratado, deverá ser observado o que estabelece os documentos abaixo relacionados, assim como toda a legislação municipal, estadual e federal pertinentes, independente de citação:

- Normas brasileiras elaboradas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), regulamentadas pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia);
- A contratada deverá adotar todas as medidas de segurança, em consonância com a portaria Nº 3.214/1978 do Ministério de Trabalho, legislação e normas vigentes sobre segurança, medicina e higiene do trabalho;
- Normas das concessionárias locais de serviço, corpo de bombeiros, vigilância sanitária, entre outros;
- Resoluções e regulamentações do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos renováveis);
- Outras normas aplicáveis ao objeto do Contrato;
- Instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA / CONFEA / CAU.

8.2. A eventual omissão neste Projeto Básico, quanto à legislação e normas aplicáveis necessárias à plena e adequada execução dos estudos que possibilitará o objetivo deste trabalho, ou eventuais alterações e atualizações que surgirem após a emissão deste documento, não desobriga a Contratada de considerá-las.

8.3. Em caso de dúvidas quanto à definição de algum termo técnico, deverá ser usada a definição legal ou especificada em normas técnicas.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.2. Será permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

9.3. É vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância e valor significativo submetidas a prova de capacidade técnica, assim definidas no instrumento convocatório;

9.4. É vedada a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedor individual que tenham participado da licitação;

9.5. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

9.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

9.7. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

9.8. A Contratante tratará exclusivamente com a Contratada para todos os assuntos relacionados à execução do contrato. O gerenciamento e supervisão de terceiros



AMC
AUTARQUIA DE MOBILIDADE
DE CARUARU



CARUARU
PREFEITURA

subcontratados, quando autorizados, será de responsabilidade integral da Contratada, sem qualquer vínculo ou obrigação para a Contratante.

9.9. A Contratada será responsável por assegurar a entrega dos produtos e serviços com qualidade e nos prazos estipulados, assumindo integral responsabilidade pelos resultados, independentemente da subcontratação de atividades de apoio ou meio.

10. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

10.2. Poderão participar desta licitação os interessados que atendam a todas as condições exigidas neste Projeto Básico e seus anexos.

10.3. Será **VEDADA** a participação de empresas nas seguintes condições:

10.3.1. Licitantes que, dentre seus dirigentes, responsáveis técnicos ou legais, figure como ocupante de cargo comissionado ou detentor de emprego ou função pública na Administração Direta e Indireta de Caruaru;

10.3.2. Empresa cujo objeto social não seja compatível com o objeto deste TR;

10.3.3. Consórcios, grupos ou agrupamentos de pessoas jurídicas ou físicas e jurídicas;

10.3.4. Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Município de Caruaru/PE, durante o prazo da sanção aplicada;

10.3.5. Licitantes declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública e/ou punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública;

10.3.6. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

10.3.7. Empresas que possuam sócio, diretor ou responsável técnico que tenha tido vínculo empregatício com o Município há menos de 06 (seis) meses anteriores à data da sessão de abertura do certame;

10.3.8. Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação. As licitantes que estiverem em recuperação judicial devem, na fase de habilitação, apresentar o plano de recuperação já homologado em juízo, devendo este ser comprovado por certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que a empresa está apta econômica e financeiramente a cumprir com as obrigações a serem assumidas;

10.3.9. Enquadradas nas disposições contidas no art. 9º, inciso III, §1º da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores;

10.3.10. Que tiverem controle societário ou sócio comuns, independente da participação societária, com outro proponente ou com empresa integrante;

10.3.11. Pessoas naturais, individualmente ou reunidas em cooperativa de trabalho, ou qualquer outra forma de associação.

11. DO RECEBIMENTO/ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

11.2. Na ocorrência de imperfeições, vícios, defeitos ou deficiências no serviço ou obra, não pode ser efetuado o seu recebimento provisório ou definitivo, podendo nesse caso, se presente interesses administrativos, ser efetuado o seu recebimento parcial, pelas parcelas realmente executadas a contento. No caso de recebimento parcial, as parcelas são recebidas em caráter provisório, sendo necessário o recebimento definitivo que ocorrerá junto com os das parcelas restantes.

11.3. O recebimento provisório e definitivo da obra/serviço será efetuado de acordo com o estabelecido no Art. 140 da Lei Federal nº. 14.133/21.

11.4. O objeto do contrato será recebido:

11.4.1. **PROVISORIAMENTE**, pelo responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, mediante a emissão de termo circunstanciado, assinado pelas partes, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis da comunicação escrita da Contratada quanto à finalização da obra/serviço. Para este recebimento será verificado o atendimento das especificações, quantidades, qualidade dos serviços, cumprimento dos prazos, preços e outros dados pertinentes e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo para sua correção.

11.4.2. **DEFINITIVAMENTE**, após o recebimento provisório, será verificada a integridade da obra e realizados testes de aceitação dos serviços, bem como, o cumprimento de todas as exigências contratuais. Em sendo aprovados, será efetivado o recebimento definitivo, por técnico/gestor designado pelo CONTRATANTE, em até 90 (noventa) dias, contados do aceite provisório.

11.5. Os serviços serão recebidos e atestados pela Fiscalização da AMC, ou Comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes.

11.6. Concluída a obra será emitido pela equipe de fiscalização da AMC o Termo de Recebimento Provisório da Obra, mediante solicitação da contratada, depois de procedida a uma vistoria na obra, em conjunto com a contratada, constatando estar ela de acordo com o projeto e demais elementos técnicos integrantes do contrato, bem como o bom funcionamento de todos os aparelhos e equipamentos. Esta vistoria, consubstanciada em competente laudo, deverá consignar as irregularidades constatadas, a ser objeto de regularização pela contratada até a aceitação definitiva dos serviços contratados ("Punch list" / Lista de Pendências);

11.6.1. Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta da contratada.

11.7. Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, relatando eventuais pendências verificadas e o prazo de que dispõe a Contratada para saná-las.

11.7.1. Em caso de serem apontadas pendências no referido Termo de Recebimento Provisório, a Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam todas elas devidamente sanadas.

11.7.2. Dentro do prazo assinalado no Termo de Recebimento Provisório e após o atendimento das pendências apontadas, a Contratada deve realizar comunicação escrita ao Contratante, solicitando a realização de nova vistoria, a fim de comprovar a adequação do objeto aos termos contratuais.

11.8. A emissão do Termo de Recebimento Provisório da Obra, está condicionada a apresentação da documentação a seguir:

- a) Certidão Negativa de Débito Perante o INSS (CND);
- b) Certificado de Regularidade de Situação junto ao FGTS;
- c) Certidão de Quitação do ISS;
- d) Certidão de "habite-se" da obra, quando for o caso;
- e) Comprovante de matrícula da obra junto a Agência do INSS da localidade;
- f) Comprovante de baixa de matrícula da obra do INSS;

g) Termo de entrega/aceitação pelas Concessionárias e/ou Órgãos específicos vinculados às instalações caso seja necessário (COMPESA, Neoenergia, e outros, se necessário);

11.9. A não apresentação, pela contratada dos documentos exigidos, assim como, a inexecução dos reparos da obra eventualmente solicitados pela equipe técnica da AMC, no prazo de observação de obra de 15 (quinze) dias úteis, após a emissão do Termo de Recebimento Provisório, acarretará a perda da caução de garantia de execução do contrato;

11.10. No prazo de observação da obra, a Contratada deverá executar, sob sua inteira responsabilidade, os trabalhos de reparos, consertos, reconstrução, retificação e restauração de defeitos ou falhas verificadas pela Fiscalização, após a emissão do Termo de Recebimento Provisório;

11.11. Os serviços serão aceitos provisoriamente, pela Fiscalização da AMC, ou Comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, a ocorrer em até 15 (quinze) dias úteis após a comunicação escrita da Contratada. Tal documento deverá ser firmado também pela Contratada;

11.12. Caso seja constatado o não cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições contratuais, a fiscalização ou a Comissão de Recebimento deve:

a) Lavar relatório circunstanciado, apontando as falhas ou defeitos encontrados durante a vistoria, bem como as providências necessárias à respectiva solução;

b) Solicitar ao contratado, por escrito, a respectiva regularização;

c) Devolver ao contratado a fatura porventura entregue para pagamento, com informações dos motivos de sua rejeição;

d) O contratado deve sanar as falhas apontadas, submetendo à nova verificação a etapa impugnada.

11.13. O recebimento provisório só pode ser formalizado após finalizada a obra ou serviço e sanadas todas as pendências porventura constatadas durante a vistoria, devendo ser objeto do Termo de Recebimento Provisório, emitido em 2 (duas) vias;

11.14. A Aceitação Provisória dos Serviços implicará a imediata entrega da obra, com todos os materiais então existentes e respectivos acessórios;

11.15. Decorridos 15 (quinze) dias úteis da data do Recebimento Provisório, e uma vez atestada e constatada a execução do contrato, pela AMC, esta emitirá o Termo de Aceitação Definitiva da Obra ou se pronunciará por escrito sobre as deficiências constatadas e ainda pendentes de solução;

11.16. Expedido o Termo de Recebimento Provisório, serão programados e realizados, até a data de vistoria para emissão do Termo de Recebimento Definitivo de serviços os processos de Capacitação / Treinamentos quanto as instalações, equipamentos e sistemas entregues.

11.17. Até a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo das obras e serviços, a Contratada fica responsável pela guarda do bem imóvel, equipamentos, objetos, móveis e utensílios, zelando pelo Patrimônio Público do Município, assumindo inteira responsabilidade civil, penal e administrativa, por quaisquer danos e/ou prejuízos que diretamente venha causar ao Município ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo.

11.18. Os serviços serão aceitos definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após a verificação que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais;



AMC
AUTARQUIA DE MOBILIDADE
DE CARUARU



CARUARU
PREFEITURA

11.19. O recebimento definitivo é o que se faz em caráter permanente, incorporando, no caso de obra, o objeto ao seu patrimônio e considerando o contrato regularmente executado e somente deve ser efetivado se o contratado tiver cumprido as exigências do instrumento convocatório e do contrato.

12. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

12.1. O recebimento provisório e definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra e serviço técnico profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou contrato. (art. 140, parágrafo 2º da lei 14.133/21).

12.2. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados. Art. 119 da Lei nº 14.133/2021).

12.3. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança, assim em razão dos materiais, como do solo. (Art. 618 da Lei nº 10.406/2002).

12.4. O proponente deverá apresentar garantia adicional caso a proposta seja inferior a 85% do valor orçado pela Administração, nos termos do Art. 59, §5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.5. A contratada se obrigará a refazer os serviços em desacordo com os projetos e/ou Especificações Técnicas, considerados imperfeitos ou defeituoso e/ou que não atinjam os prazos de garantia acima especificados, sem qualquer ônus para a AMC, nos prazos e condições a serem fornecidos.

12.6. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

12.6.1. Nos termos do art. 96, §1º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, a CONTRATADA, para execução dos serviços objeto desta licitação, prestará no ato da assinatura do contrato, em favor da CONTRATANTE, garantia fixada em 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme artigo 98 da Lei nº 14.133/2021, podendo a CONTRATADA optar por uma das modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, do diploma legal citado:

I - caução em dinheiro;

II - títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

III - seguro-garantia;

IV - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil. A CONTRATADA, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da assinatura do presente instrumento, deverá comprovar que prestou garantia de execução contratual no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato;

V - Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

12.6.2. A CONTRATADA, caso opte por apresentar garantia em caução em dinheiro, títulos da dívida pública ou fiança bancária, deverá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do presente instrumento, comprovar que prestou garantia de execução contratual no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.



AMC
AUTARQUIA DE MOBILIDADE
DE CARUARU



CARUARU
PREFEITURA

12.6.3. Caso adotada a modalidade de seguro-garantia, a validade mínima da garantia deverá cobrir 90 (noventa) dias além do prazo pactuado para a execução deste contrato. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste contrato, mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

12.6.4. Caso adotada modalidade distinta do seguro-garantia, a validade mínima da garantia deverá cobrir 30 (trinta) dias além do prazo pactuado para a execução deste contrato.

12.6.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

I - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das

demaís obrigações nele previstas;

II - multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA;

III - obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não

adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

12.6.6. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não configurando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro.

12.6.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

12.6.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, esta deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

12.6.9. Extinguir-se-á a garantia, com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato. Na hipótese de garantia prestada em dinheiro, sua restituição será atualizada monetariamente.

12.6.10. No caso de utilização da garantia, a CONTRATADA providenciará o seu reforço no montante utilizado, no prazo de 30 (trinta) dias. Da mesma forma, na hipótese de adoção da modalidade de seguro-garantia, a CONTRATADA deverá atualizar o prazo da garantia, em caso de prorrogação do contrato, até 90 (noventa) dias após o final do seu prazo de vigência.

12.6.11. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento do CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o inadimplemento pelo CONTRATANTE.

12.6.12. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

12.6.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

12.6.14. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente neste Projeto Básico.

12.6.15. A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no edital e neste Projeto Básico.

13. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.1. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

13.1.1. Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, conforme o caso, da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s), da região da sede ou domicílio da licitante, em plena validade.

13.1.1.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência relativa ao registro ou inscrição na entidade profissional competente no Brasil, quando for o caso, por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a respectiva entidade profissional.

13.1.1.2. No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA ou no CAU do Estado de Pernambuco, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional quando da assinatura do contrato.

13.1.2. A empresa licitante deve ser especializada na prestação dos serviços contratados, devendo comprovar a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, mediante atestado (s) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando os serviços executados pela licitante. O atestado deverá expressar experiência anterior suficiente para o atendimento das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação desde que sejam pertinentes e compatíveis com o solicitado observado o disposto nos § 1º e § 2º do artigo 67, da Lei 14.133/21, conforme tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	Quant. Estimada da contratação	Quantidade mínima exigida para comprovação de capacidade técnica (30%)
1.5	PINTURA DE SETAS E ZEBRADOS COM TERMOPLÁSTICO POR EXTRUSÃO	M2	15.400,00	4.620,00
1.6	LAMINADO ELETROPLÁSTICO PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL	M2	1.050,00	315,00

1.10	PINTURA DE MEIO FIO COM TINTA A BASE DE RESINA ACRÍLICA	M2	10.000,00	3.000,00
------	---	----	-----------	----------

13.1.2.1. Será permitido somatório dos quantitativos de mais de um atestado para que seja obtido o mínimo do quantitativo licitado. Devendo constar a discriminação dos serviços prestados.

13.1.2.2. Não serão aceitos atestados emitidos pela licitante em seu próprio nome, nem nenhum outro que não tenha se originado de contratação.

13.1.2.3. A capacidade técnico-operacional para a execução de trabalhos de características e prazos compatíveis com o objeto da contratação **deve ser demonstrada com Certidão de Acervo Operacional (CAO) emitida pelo CREA ou por atestados emitidos por pessoas físicas ou jurídicas registrados na referida entidade de classe**, com indicação do respectivo contrato de prestação do serviço relativos à empresa licitante na realização dos correspondentes aos serviços para órgãos e/ou entidades públicas e/ou privada.

13.2. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

13.2.1. Comprovação técnico-profissional: comprovação da licitante possuir em seu quadro (empregados, sócios ou diretores), na data prevista para a entrega da proposta, profissional habilitado detentor de Certidão de Acervo Técnico – CAT por execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação, devendo o(s) atestado(s) ser(em) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) na entidade de classe competente. Na(s) certidão(es) deverá(ão) estar contemplado(s) o(s) seguinte(s) serviço(s) de maior relevância técnica e financeira significativo, como descritos abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	Quant. Estimada da contratação	Quantidade mínima exigida para comprovação de capacidade técnica (30%)
1.5	PINTURA DE SETAS E ZEBRADOS COM TERMOPLÁSTICO POR EXTRUSÃO	M2	15.400,00	4.620,00
1.6	LAMINADO ELETROPLÁSTICO PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL	M2	1.050,00	315,00
1.10	PINTURA DE MEIO FIO COM TINTA A BASE DE RESINA ACRÍLICA	M2	10.000,00	3.000,00

13.2.1.1. A comprovação da aptidão será feita por Certidão de Acervo Técnico - CAT expedida pelo CREA / CAU e por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado devidamente registrados na respectiva entidade de classe

13.2.1.2. Conforme mencionado no tópico anterior, os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica mencionados deverão integrar o quadro permanente da empresa licitante, entendendo-se como tal, para fins deste certame:



AMC
AUTARQUIA DE MOBILIDADE
DE CARUARU



CARUARU
PREFEITURA

- No caso de empregado da licitante: mediante apresentação de cópias autenticadas do Contrato de Trabalho, das anotações da CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social, nos termos da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho e do Decreto nº 61.799/67, ou da Ficha de Registro de Empregado.
- No caso de proprietário, sócio ou dirigente: mediante apresentação de cópia do Estatuto ou Contrato Social, devidamente registrado no órgão competente.
- No caso de profissional(is) autônomo(s): mediante apresentação de cópia do(s) contrato(s) de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum e, caso o dito contrato ainda não tenha sido firmado, por meio de compromisso formal de futura contratação do profissional indicado, caso a licitante se sagre vencedora do certame.

13.2.1.3. A execução da obra deverá ser conduzida, obrigatoriamente, sob responsabilidade técnica dos profissionais cujos atestados forem apresentados pela licitante para comprovação da capacidade técnico-profissional.

13.2.1.4. O profissional que não estiver elencado no hall de responsáveis técnicos da Certidão de Registro da pessoa jurídica, e apresentar comprovação técnico profissional conforme solicitado, deverá anexar a devida Certidão de registro na entidade de classe competente, para garantia do atendimento dos requisitos solicitados.

13.2.1.5. Somente será admitida a substituição de profissional detentor de atestado apresentado na fase de habilitação por outro com experiência equivalente ou superior. A proposta de substituição de profissional deverá ser feita por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá a indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico, e acompanhada da baixa da ART / RRT do profissional que está sendo substituído. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e aprovada pela CONTRATANTE;

13.3. Fica a cargo da AMC a emissão de Parecer para evidência do atendimento à qualificação técnica.

14. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

14.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

14.2. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da licitante;

14.2.1. Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos) da sede ou domicílio da licitante;

14.2.2. A certidão descrita no item 18.2.1 somente é exigível quando a certidão negativa de Falência da sede ou do domicílio da licitante contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.

14.2.3. No caso de Certidão Positiva de Falência, a licitante será inabilitada, salvo se restar comprovado que não houve decisão judicial válida e eficaz decretando a falência da empresa.

14.3. Apresentar capital mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a presente contratação.

14.4. Comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1$$



AMC
AUTARQUIA DE MOBILIDADE
DE CARUARU



CARUARU
PREFEITURA

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1$$

14.5. Para fins de comprovação de Patrimônio Líquido e dos índices contábeis, o licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 2 (dois) exercícios sociais, exigíveis e apresentados na forma da lei (incluindo o termo de abertura e termo de encerramento), devendo cumprir a qualificação em ambos os exercícios, salvo quando a licitante tiver sido constituída há menos de 02 (dois) anos, hipótese na qual tais documentos limitar-se-ão ao último exercício financeiro.

14.6. Os balanços e demonstrações devem conter os registros ou autenticação no órgão competente e estar devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, e vir acompanhados dos termos de abertura e de encerramento.

14.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme art. 65, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.8. Caso o exercício financeiro anterior ao da licitação esteja encerrado há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura desta concorrência, o Balanço Patrimonial poderá ser atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

14.9. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil da licitante.

15. DAS PROPOSTAS DE PREÇO

15.1. As propostas terão validade de, no mínimo, **180 (cento e oitenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no Edital, independentemente de declaração do licitante.

15.2. O preço unitário proposto para os serviços deverá abranger todas as despesas, sejam elas diretas ou indiretas, que incidam sobre sua execução. Esse valor representará a compensação integral para todas as operações necessárias, incluindo mão de obra, equipamentos, encargos e quaisquer itens adicionais indispensáveis à completa execução dos serviços. A Planilha Orçamentária dos Serviços deverá conter os itens descritos:

15.3. Apresentar cronograma físico-financeiro dentro do prazo fixado para a realização da obra/serviço, indicando os valores e prazos mensais e totais, em reais e percentuais, para cada item (conforme anexo);

15.4. Apresentar Planilha de Composição dos Encargos Sociais (mensalista e horista);

15.5. Apresentar Planilha de Composição de preços unitários;

15.6. Apresentar Planilha de composição da Bonificação e Despesas Indiretas (BDI), com a indicação percentual incidente sobre o custo dos serviços, o percentual de ISS deve ser compatível com o do município onde serão prestados os serviços;

15.6. No caso de divergência entre os preços unitários e o preço total, prevalecerão sempre os primeiros corrigindo-se os valores finais, primando-se pelo valor aritmeticamente correto, no caso o preço global.

15.7. Na hipótese de ocorrência de serviços idênticos com valores diversos na planilha da licitante, não apresentado sua justificativa técnica, será considerado aquele atribuído de menor valor.

15.8. A licitante deverá enviar a proposta de preço, incluso anexos e planilhas, em arquivos em PDF e Excel.

15.9. Os salários considerados nos cálculos da proposta, não poderão ser inferiores aos estabelecidos em convenção coletiva ou convenções trabalhistas e os encargos sociais, complementares e tributários, deverão estar de acordo com as alíquotas definidas na legislação vigente.

15.10. Informar os valores unitários com apenas **2 (duas) casas decimais** após a vírgula e utilizar a ferramenta “**ARRED**” nas colunas de valor unitário com BDI e valor total conforme ANEXO G.

15.11. Não será exigida garantia de proposta.

15.11. Serão desclassificadas as propostas:

15.11.1. Permanecer com preços unitários, totais ou globais maiores que os estimados pela Administração.

15.11.2. Apresentarem preços inexequíveis, conforme disposto no § 4º, do Art. 59 da Lei nº 14.133/2021. Nesse contexto, no caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujo valor esteja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

15.11.3. Por conseguinte, havendo indício de inexequibilidade da oferta, a Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada. A empresa pode demonstrar por meio da apresentação de composição de custo unitário dos serviços que apresentaram altos descontos, demonstrando os custos dos insumos (materiais, equipamentos, mão de obra), produtividade, consumo de materiais, entre outras comprovações, justificando a viabilidade para ofertar tais descontos.

15.11.4. Apresentar os coeficientes de produtividade ou de material incompatíveis com a execução do objeto do contrato, quando não comprovada motivação para tal divergência.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. Prestar e executar todo o objeto ora licitado, de acordo com a sua proposta e com as condições previstas no Projeto Básico, respondendo civil e criminalmente pelas consequências de sua inobservância total ou parcial;

16.2. Arcar integralmente com a responsabilidade pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço, não excluindo tal responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento CONTRATANTE.

16.3. Manter-se, durante toda a vigência e execução da Ata/contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Projeto Básico;

16.4. Aceitar, nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos ou supressões do serviço ora contratado, que porventura se fizerem necessários, a critério da Contratante;

16.5. Assumir responsabilidade por todos os gastos com encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o MUNICÍPIO;

16.6. Contratada deverá providenciar sinalização vertical e horizontal, de modo a garantir a integridade do usuário.

16.7. A Contratada deverá tomar cuidados especiais com as interferências previstas, tais como tubulações de água, esgoto, energia, e outras e, quando necessário elaborar plano de remanejamento ou garantir o acesso de pedestres durante a execução dos serviços; toda vez que for fazer uma intervenção, bem como atendimento a todas as Normas Regulamentadoras vigentes

16.8. Manter engenheiro civil responsável pela obra durante toda vigência do contrato, para acompanhar a execução, controle técnico e qualidade dos serviços

16.9. A contratada deverá tomar todas as medidas de segurança necessárias ao bom andamento dos serviços, incluindo a sinalização, visando à preservação dos bens do Contratante, bem como de terceiros;

16.10. Os resíduos provenientes da obra deverão ser acondicionados e transportados para o Centro de Tratamento de Resíduos legalizado. A qual O local a ser destinado os resíduos provenientes da obra deverá ser informado ao gestor da AMC por escrito;

16.11. A contratada deverá substituir imediatamente todo e qualquer equipamento, inclusive os de segurança sempre quando constatada essa necessidade pela Contratante;

16.12. Por ocasião do desempenho de tarefas serão obrigatórios o uso de Equipamentos de Proteção Individual - EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC, fornecidos pela Contratada, específicos para cada atividade

16.13. Os serviços só poderão ser executados pela Contratada nos dias e horários estabelecidos pela Contratante

16.14. A Contratada deverá utilizar sinalização apropriada quando necessitar interditar áreas, caso seja necessário

16.15. A Contratada deverá tomar ciência das anotações feitas no Livro de Ocorrência Diária, ou outro que o substitua, conforme instrução a ser expedida pela fiscalização;

16.16. Na execução dos serviços, a Contratada deverá atender às normas da ABNT, padrões nacionais e internacionais, determinações e recomendações das Agências Reguladoras Nacionais, normas técnicas direta e indiretamente além das legislações Municipais, Estaduais e Nacionais concernentes. Devendo ser analisado o projeto e confrontado a fiscalização em caso não estar atendendo as normas e legislação vigente;

16.17. Qualquer execução de serviço que não estejam atendendo normas, determinações, recomendações e legislações Municipais, Estaduais e Nacionais vigentes, será de total responsabilidade da Contratada;

16.18. Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação;

16.19. Responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato, dispositivo legal ou regulamento, por sua parte;

16.20. Observar rigorosamente todas as especificações gerais, que originou esta contratação e de sua proposta;

16.21. Entregar a obra no prazo e nos termos contratados;

16.22. Manter número telefônico e e-mail atualizados de escritório ou firma para contato e intermediação junto a contratante.



AMC
AUTARQUIA DE MOBILIDADE
DE CARUARU



CARUARU
PREFEITURA

- 16.23. Cumprir todas as exigências constantes no respectivo edital e seus anexos;
- 16.24. Manter todas as condições de habilitação;
- 16.25. Dar aos serviços contratados especial prioridade para sua execução, salvo motivo de força maior devidamente comprovado;
- 16.26. Permitir ao Gestor do Contrato da Contratante, fiscalizar os serviços, objeto do respectivo contrato, que estiverem sendo executados sob sua responsabilidade, o qual poderá sustar, recusar, mandar fazer, refazer ou desfazer qualquer tipo de serviço ou fornecimento de material que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais ou que atentem contra a segurança dos usuários ou de terceiros;
- 16.27. Assumir toda a responsabilidade civil e criminal, bem como os encargos incidentes sobre a prestação de serviços, objeto do presente Projeto Básico;
- 16.28. Fornecer e utilizar, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, toda a competente e indispensável mão-de-obra habilitada, adequadamente selecionada e necessária atendidas, sempre e regularmente, todas as exigências legais pertinentes, para cumprimento do respectivo contrato;
- 16.29. A Contratada deverá apoiar, durante o período de execução do contrato, outras empresas contratadas pela administração pública e/ou concessionárias de serviços públicos na instalação de equipamentos ou prestação de serviços específicos no que se relaciona a infraestrutura do ambiente.
- 16.30. Recolher todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir direta e indiretamente sobre os serviços e produtos fornecidos.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 17.1. Para garantir o cumprimento do presente Contrato, a CONTRATANTE se obriga a:
- 17.1.1. Fornecer à CONTRATADA os elementos básicos, especificações e instruções complementares, suficientes e necessários à respectiva execução.
- 17.1.2. Encaminhar à CONTRATADA a ordem de serviços para a execução contratual.
- 17.1.3. Fiscalizar a execução dos serviços por um representante da CONTRATANTE, determinando o que for necessário para regularizar as faltas ou defeitos observados, submetendo à autoridade competente o que ultrapassar a sua competência, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.
- 17.1.4. Efetuar o pagamento dos serviços nos prazos estabelecidos, mediante a apresentação dos documentos hábeis para prática de tal ato.
- 17.1.5. Caberá à CONTRATANTE emitir as Ordens de Serviço à CONTRATADA para execução das obras e serviços especializados indicados na licitação.
- 17.1.6. Solicitar a realização dos serviços objeto deste Projeto Básico mediante a expedição de Ordens de serviços.
- 17.1.7. Aceitar, para fins de pagamento, os serviços bem executados e rejeitar os serviços que não estejam de acordo com o projeto, exigindo da CONTRATADA a substituição, reparo ou refazimento daquilo que for rejeitado.
- 17.1.8. Conferir e atestar a exatidão das faturas correspondentes às medições de serviços executados, encaminhando-as para pagamento.
- 17.1.9. Determinar o afastamento do pessoal da CONTRATADA, mobilizado para a execução dos serviços, em caso de conduta imprópria, a seu exclusivo critério.
- 17.1.10. A CONTRATANTE terá, também, as atribuições de:



AMC
AUTARQUIA DE MOBILIDADE
DE CARUARU



CARUARU
PREFEITURA

- 17.1.10.1. Representar junto à CONTRATADA no trato dos assuntos pertinentes à execução das obras e serviços especializados, objeto do Contrato;
- 1.1.10.2. Analisar e aprovar a programação de atividades elaborada pela CONTRATADA;
- 1.1.10.3. Dirimir as dúvidas da CONTRATADA que porventura surjam durante a execução dos serviços, com relação a qualquer aspecto ligado ao objeto do Contrato;
- 1.1.10.4. Emitir decisão sobre todas as solicitações e esclarecimentos relacionados à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato. O CONTRATANTE terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 1.1.10.5. Acompanhar a CONTRATADA na medição dos serviços executados e aceitos, determinando os serviços a serem inseridos nos Boletins de Medição e autorizando a CONTRATADA a apresentar as faturas correspondentes para pagamento.
- 1.1.10.6. Acompanhar e fiscalizar a execução deste termo e aplicar as medidas necessárias, inclusive as penalidades contratual e legalmente previstas, comunicando, por escrito, à CONTRATADA as ocorrências que a seu critério exijam correção, sem prejuízo à possibilidade de determinar a paralisação de qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 1.1.10.7. Solicitar o afastamento e a substituição de operadores ou ajudantes que apresentem desempenho ou comportamento insatisfatório.
- 1.1.10.8. Realizar, após o recebimento definitivo da obra, as inspeções para verificação da qualidade e apresentar os respectivos Relatórios de Qualidade, nos termos do art. 3º da Resolução TC n.º 182/2022;
- 1.1.10.9. Divulgar o contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Para apuração de infrações e de aplicação de sanções administrativas a licitantes e contratados, de que trata o art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Caruaru, deverão ser observadas as disposições regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 080, de 30 de julho de 2024.

18.2. Nas contratações realizadas no âmbito da Administração Pública Municipal de Caruaru, é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para aplicação das sanções cabíveis quando constatada a prática injustificada das seguintes condutas previstas nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;



AMC
AUTARQUIA DE MOBILIDADE
DE CARUARU



CARUARU
PREFEITURA

- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

18.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas citadas as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.3.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

18.4. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator às sanções cabíveis cumulativamente em que haja incorrido, observadas as disposições dos §1º e §2º do art. 12 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

18.5. A sanção de advertência será aplicada nas hipóteses elencadas no art. 13 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

18.6. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, devendo observar os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

18.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas no artigo 16 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

18.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 17 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

18.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.10. A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

18.11. Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

18.12. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Penalidade, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

18.13. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração dos fatos e, se for o caso, aplicação de sanção à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Termo, as comunicações à licitante serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao SICAF.



AMC
AUTARQUIA DE MOBILIDADE
DE CARUARU



CARUARU
PREFEITURA

18.14. A licitante deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado junto ao SICAF e confirmar o recebimento de mensagens provenientes do Município de Caruaru - PE, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

Dotação Orçamentária:	Unidade Gestora: 43020 - Autarquia de Mobilidade de Caruaru - AMC
	Órgão Orçamentário: 13000 – AUTARQUIA DE MOBILIDADE DE CARUARU
	Unidade Orçamentária: 13001 - AUTARQUIA DE MOBILIDADE DE CARUARU
	Função: 6 – Segurança pública
	Subfunção: 125 – Normatização e Fiscalização
	Programa: 2605 – GERENCIAMENTO DO SISTEMA MUNICIPAL DE TRÂNSITO
	Ação: 2.4613 – Suporte às Ações do Sistema Municipal de Trânsito
Despesa:	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 7.555.000,00
Fonte de Recursos:	183 – MSC – 1.752.0000 – Recursos Vinculados ao Trânsito – 1.752.0000

20. DO JULGAMENTO

20.1. O julgamento será realizado em conformidade com a Lei n.º 14.133/2021, art., 43, 46 e 45 e a Lei Complementar 123/06, alteradas pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014 e 155/2016 e Decreto Federal 8.538/2015, alterado pelo Decreto 10.273/2020. Será vencedora a empresa que ofertar o menor preço global.

20.2. Em relação à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

20.3. O disposto no item acima somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

20.4. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

20.5. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

20.6. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes



AMC
AUTARQUIA DE MOBILIDADE
DE CARUARU



CARUARU
PREFEITURA

microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

20.7. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

20.8. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

20.9. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

20.10. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

20.11. A proposta de melhor oferta será julgada pela Unidade de Contratação, com base em análise da equipe técnica da Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras - SIURB, que comporá a Comissão no referido certame.

20.12. O Termo de Julgamento, com a respectiva classificação da proposta e habilitação, será encaminhado à Autarquia de Mobilidade de Caruaru - AMC para homologação e adjudicação.

20.13. O resultado do julgamento da Unidade de Contratação somente será considerado definitivo após a homologação pela instância superior.

20.14. Serão desclassificadas as propostas que:

20.14.1. Contiver vícios insanáveis;

20.14.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital;

20.14.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;

20.14.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Agente de Contratação;

20.14.5. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto desta Concorrência Eletrônica.

20.14.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do art. 59 e art. 64 da Lei n. 14.133/2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

20.14.7. Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

20.14.8. Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

20.14.9. Levantamento de informações junto aos órgãos públicos competentes;

20.14.10. Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

20.14.11. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

20.14.12. Verificação de outros contratos que a proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

20.14.13. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

20.14.14. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pela proponente;

20.14.15. Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

20.14.16. Estudos setoriais;

20.14.17. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

20.14.18. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que a proponente disponha para a prestação dos serviços;

20.14.19. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

3.14.20. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanável;

20.14.21. Apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;

20.14.22. Não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Agente de Contratação.

20.15. Atendidas todas as exigências e especificações neste documento, a Unidade de Contratação, no julgamento das propostas, além de outras vantagens que a cargo da Prefeitura Municipal de Caruaru/PE possam ser ressaltadas, considerará vencedor aquele licitante que melhor atender as conveniências da própria ADMINISTRAÇÃO, apresentando o menor preço global, ressaltando o direito de decidir sobre o Edital, revogando-o ou anulando-o no todo ou em parte, sendo que, em nenhum caso, caberá aos licitantes direito algum, de sob quaisquer pretexto ou títulos, exigir da PREFEITURA, qualquer parcela de indenização.

21. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

21.1. Os preços deverão ser cotados em reais e por preço global.

21.2. Existindo discrepância entre os valores unitários e totais, prevalecerão os unitários e, havendo discordância entre os valores em algarismos e por extenso, prevalecerão estes últimos.

21.3. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do edital ou que mantiverem preços unitário e global superiores aos constantes na Planilha Orçamentária.

21.4. Os preços remunerarão todas as despesas com a execução dos serviços, e devem compreender todos os custos com materiais, mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais despesas, constituindo-se, a qualquer título, a única e completa remuneração pela perfeita execução do Contrato.

22. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E REAJUSTE

22.1. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

22.1.1. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial deste contrato, desde que configurada e cabalmente demonstrada qualquer das hipóteses do artigo 124, inciso II, alínea "d", e do artigo 134 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

22.1.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

22.1.3. Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser acompanhada de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível,

porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato, e, caso aprovada, deverá ser formalizada por meio de aditamento ao contrato.

22.1.4. A solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulada durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

22.1.5. O CONTRATANTE terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo da solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, para decidir sobre o pedido, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

22.2. DO REAJUSTE

22.2.1. O contrato somente será reajustado após 12 (doze) meses da data base do orçamento de referência, de acordo com a variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC), fornecido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, nos termos da Lei 14.133/2021, da Lei Estadual nº 17.555/2021 e do Decreto nº 52.153, de 17 de janeiro de 2022.

22.2.2. Na hipótese de eventuais atrasos de responsabilidade da CONTRATADA, não incidirá reajuste sobre o período correspondente.

22.2.3. Enquanto não divulgado o índice correspondente do mês de aniversário da proposta, o reajuste será calculado de acordo com o último índice conhecido, cabendo a correção de cálculo quando publicado o índice correto.

22.2.4. O reajustamento será precedido de requerimento formal da contratada, protocolado durante a vigência contratual e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão do direito, com observância à anualidade. O pedido de reajustamento deverá ser analisado e respondido pelo CONTRATANTE no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela CONTRATADA.

22.2.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

22.2.6. A prorrogação do prazo de vigência contratual por culpa exclusiva da contratada não dará ensejo a reajustamento de preços incidente no período.

22.2.7. O direito ao reajustamento poderá ser objeto de renúncia expressa, parcial ou integral, bem como de negociação entre as partes.

22.2.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

22.2.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo

22.2.10. reajuste será realizado por apostilamento.

23. DAS ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

23.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

23.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco

por cento) ou 50% (cinquenta por cento), conforme o caso, do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.333, de 2021.

23.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

23.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

23.5. Na hipótese de aditamento em relação a itens cujos valores unitários não tenham sido contemplados neste contrato, os preços serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base do CONTRATANTE sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos nesta Cláusula.

23.6. Nas alterações contratuais para supressão de obras ou serviços, se a CONTRATADA já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pelo CONTRATANTE pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

24. DA EQUIPE TÉCNICA

A equipe técnica, responsável pelos projetos e orçamento anexos a este Projeto Básico, consta apresentada abaixo.

Orçamento:

Responsável Técnico: Wellberton Lins Miranda

CREA: 1806532700

Cargo: Engenheiro Civil - AMC

Projetos

Responsável Técnico: Wellberton Lins Miranda

CREA: 1806532700

Cargo: Engenheiro Civil - AMC

25. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

25.1. Os casos omissos neste Instrumento serão resolvidos pelas normas contidas no Edital e nos termos da legislação pertinente;

25.2. O CONTRATADO fica obrigado a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação;

25.3. O licitante é, responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase de licitação;

25.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Caruaru para discussões de litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

26. DOS ANEXOS

- ANEXO A: Descrição dos itens, Quantitativo e Planilha financeira
- ANEXO B: Memória de Cálculo
- ANEXO C: Composições
- ANEXO D : BDI
- ANEXO E: Cronograma físico – financeiro
- ANEXO F- Modelo de proposta
- ANEXO G – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VISITA TÉCNICA
- ANEXO H- Composições dos Encargos Sociais

Caruaru, na data da assinatura eletrônica.

Ellen Mayara da Silva Cavalcanti

Coordenadora- Gerência de Processos AMC

Matrícula: 100.648

(Elaboração do ETP)

Pedro Henrique Damião de Matos

(RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO SETOR DEMANDANTE)

Coordenador do Setor de Engenharia de Trânsito - AMC

Matrícula: 100.549

Wellberton Lins Miranda, matrícula nº 10.272

(RESPONSÁVEL TÉCNICO PELOS ANEXOS)

Engenheiro Civil - AMC

CREA: 1806532700

ANEXO F- Modelo de proposta

NOME DA LICITANTE:

CNPJ Nº:

INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº:

ENDEREÇO:

CEP:

TEL.:

FAX:

Declaramos conhecer o edital e aceitar os termos do Edital e seus anexos, que regem a presente licitação e propomos executar os serviços pelo valor total acima discriminado.

Declaramos que o prazo de validade da presente Proposta é de 180 (cento e oitenta dias) dias.

Cidade, (dia) de (mês) de (ano).

Assinatura do representante legal da empresa perante a licitação

Nome por extenso:

RG:

Cargo:

(em papel timbrado da empresa proponente)

ANEXO G – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VISITA TÉCNICA**LICITAÇÃO:****MODALIDADE:****TIPO MENOR PREÇO GLOBAL:**

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA abrir mão de VISITA TÉCNICA ao local da execução da obra/serviço, conforme dispõe o edital da licitação em referência.

Declaramos ainda, sob as penalidades da lei, de que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informamos que não utilizaremos para qualquer questionamento futuro que ensejam avenças técnicas ou financeiras, isentando a **Prefeitura Municipal de Caruaru / Autarquia de Mobilidade de Caruaru – AMC**, de qualquer reclamação e/ou reivindicação de nossa parte.

(DATA)_____
(REPRESENTANTE LEGAL)

ANEXO H - Composições dos Encargos Sociais – a partir de JAN /2025 - PE _ SINAPI

PERNAMBUCO		VIGÊNCIA A PARTIR DE 01/2025			
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A					
A1	INSS	5,00%	5,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
A	Total	21,80%	21,80%	36,80%	36,80%
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	18,01%	Não incide	18,01%	Não incide
B2	Feriados	4,32%	Não incide	4,32%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,86%	0,65%	0,86%	0,65%
B4	13º Salário	10,97%	8,33%	10,97%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,05%	0,07%	0,05%
B6	Faltas Justificadas	0,73%	0,56%	0,73%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,96%	Não incide	1,96%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10%	0,07%	0,10%	0,07%
B9	Férias Gozadas	9,95%	7,56%	9,95%	7,56%
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%
B	Total	47,00%	17,25%	47,00%	17,25%
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,77%	3,63%	4,77%	3,63%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,11%	0,09%	0,11%	0,09%
C3	Férias Indenizadas	3,98%	3,03%	3,98%	3,03%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	3,06%	2,33%	3,06%	2,33%
C5	Indenização Adicional	0,40%	0,31%	0,40%	0,31%
C	Total	12,32%	9,39%	12,32%	9,39%
GRUPO D					
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	9,70%	3,34%	17,30%	6,35%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,41%	0,31%	0,42%	0,32%
D	Total	10,11%	3,65%	17,72%	6,67%
TOTAL(A+B+C+D)		91,23%	52,09%	113,84%	70,11%

Fonte: Informação Dias de Chuva – INMET



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 54D2-D72E-8A1F-33EC

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ELLEN MAYARA DA SILVA CAVALCANTI (CPF 124.XXX.XXX-58) em 30/01/2026 10:30:00 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



PEDRO HENRIQUE DAMIÃO DE MATOS (CPF 096.XXX.XXX-67) em 30/01/2026 11:03:24 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://caruaru.1doc.com.br/verificacao/54D2-D72E-8A1F-33EC>